

AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR¹

*Jaqueline Boeno D'Ávila**, *Michelle Fernandes Lima***

RESUMO

Este artigo busca identificar e sistematizar as formas de atuação dos principais agentes públicos e privados que atuaram no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua relação com o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC). Três categorias centrais são identificadas para a discussão – intelectuais orgânicos, agentes públicos e privados, e política educacional – a partir das contribuições de Antonio Gramsci. Evidencia que o contexto de formulação da Base Nacional foi permeado por diferentes influências e interesses. Por fim, indica que essa política educacional constituiu-se em um espaço de disputa de projetos societários inscritos na natureza burguesa do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Agentes públicos e privados. Política educacional.

PUBLIC AND PRIVATE AGENTS IN THE PROCESS OF PREPARING THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASE

ABSTRACT

This paper aims to identify and systematize the ways the main public and private agents acted in the process of preparing the Common Curricular National Base (CCNB) and the relation with the Movement for the Common National Base (MCNB). Three central categories are identified for the research: organic intellectuals, pu-

¹ Artigo elaborado com base na dissertação *As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular*, defendida no ano de 2018, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO).

* Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). ORCID: 0000-0002-8638-1283. Correio eletrônico: jaqueboeno_15@hotmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). ORCID: 0000-0003-0896-4747. Correio eletrônico: mfernandeslima@yahoo.com.br

blic and private agents and educational policy from the contributions by Antonio Gramsci. The text makes evident that the context of preparing the National Base was permeated by different influences and interests. Finally, the article presents that this educational policy is constituted as an elbow-room for corporate project dispute belonged to the bourgeois nature of the Brazilian State.

Keywords: *National Common Curricular Base. Public and private agents. Educational policy.*

AGENTES PÚBLICOS Y PRIVADOS EN EL PROCESO DE PREPARACIÓN DE LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR

RESUMEN

Este artículo busca identificar y sistematizar las formas de actuación de los principales agentes públicos y privados que han actuado en el proceso de elaboración de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y su relación con el Movimiento por la Base Nacional Común (MBNC). Tres categorías centrales han sido identificadas para la discusión: intelectuales orgánicos, agentes públicos y privados y política educacional, desde las contribuciones de Antonio Gramsci. El texto hace evidente que el contexto de formulación de la Base Nacional fue permeado por diferentes influencias e intereses. Por fin, se presenta en el artículo que esa política educacional se ha constituido en un espacio de disputa de proyectos societarios inscritos en la naturaleza burguesa del Estado brasileño.

Palabras clave: *Base Nacional Común Curricular. Agentes públicos y privados. Política educacional.*

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, identificamos e sistematizamos os principais agentes públicos e privados que atuaram no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Elencamos algumas questões para discussão: a partir de quando e por meio de quais mecanismos as fundações e os institutos privados passaram a atuar na condução das políticas educacionais? Quais agentes privados atuaram e atuam no processo de discussão e definição da Base Nacional Comum Curricular?

Realizamos um estudo das versões preliminares e final da Base Nacional, e levantamos e sistematizamos dados sobre os principais agentes públicos e privados que contribuíram na elaboração da BNCC nos seguintes sites: Movimento Todos pela Base², Todos pela Educação³ e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

² Mais informações em: <http://movimentopelabase.org.br/>

³ Mais informações em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/>

A ação destes agentes nas políticas em geral é justificada pela busca de soluções para problemas presentes na esfera pública e reforçada pelo discurso neoliberal de que as crises econômicas são resultantes da má administração do Estado. Isto reforça a lógica de que a culpa dessas crises localiza-se na administração da vida pública, e não no próprio modo de produção vigente.

Procuramos compreender e apontar os interesses, influências e determinações dos agentes privados na condução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Na sequência, o trabalho encontra-se organizado em duas subseções: primeiramente, discutimos a tênue relação entre os agentes públicos e privados. Tratamos especificamente da disputa de interesses entre os referidos agentes que foram protagonistas e hegemônicos na condução da BNCC.

Na segunda subseção, demonstramos a ampliação das iniciativas pública e privada por meio dos dados do IBGE sobre o processo de participação desses agentes nas redes de Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos (FASFIL) no Brasil. Além disto, realizamos a identificação dos principais agentes públicos e privados envolvidos na elaboração da Base Nacional e a sua relação com o Movimento Todos pela Educação e o Movimento pela Base Nacional Comum.

2 A TÊNUE RELAÇÃO ENTRE OS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS

No contexto brasileiro, os agentes públicos e privados, em determinadas conjunturas, assumem a função de intelectuais orgânicos do capital, pois, à medida que conduzem a sociedade para a consolidação do projeto societário dominante, garantem, por meio da direção política, cultural, e principalmente econômica, das massas, a hegemonia de uma classe em sobreposição da outra.

Para Gramsci (1991), o processo pedagógico de uma classe sobre outra pode ser chamado de hegemonia. Pela hegemonia, a dominação pode ocorrer pela força e pelo convencimento; logo, três aparelhos privados de hegemonia são importantes nessa dominação: as igrejas, as escolas e a mídia. No âmbito da sociedade civil, é que ocorre o processo de convencimento pela via de criação de espaços que possibilitam a dominação de classe. Com isto, a hegemonia é produzida pela unidade dialética entre sociedade civil e sociedade política.

Trata-se de sujeitos individuais e coletivos que estão cada vez mais organizados em redes, do âmbito local ao global, com diferentes graus de influência, tais como setor financeiro, organismos internacionais e setor governamental (PERONI; CAETANO, 2015).

Os agentes privados são representações do mercado e do Estado que tendem a controlar as políticas educacionais favoráveis aos seus interesses. Podem ser pessoas físicas, institutos, fundações ou empresas com certos interesses econômicos e ideológicos, que ora atuam nas esferas governamentais e estão presentes dentro do próprio Estado, ora agem em suas instituições filantrópicas ou privadas, compondo a sociedade civil, de maneira geral.

Compreendemos o Estado como ordenador das políticas educacionais. Por ser a expressão dos interesses hegemônicos, ele também se transforma no principal produtor das novas relações entre público e privado, buscando, sobretudo, reorganizar a política em Educação do país. Em cada contexto nacional, o surgimento do Estado demonstra diferenças e particularidades em sua formação. No

Brasil, é o resultado da luta de classes em nível internacional e apresenta a coexistência de formações sociais distintas. Logo, possui raízes históricas fundamentais em seu processo de constituição particular, que se articula por três bases centrais: agrária, patrimonialista e autoritária.

O Estado brasileiro nasce a partir da contradição do processo de transformação do trabalho escravo em livre, de forma a proteger e satisfazer os interesses da classe burguesa nacional e internacional.

Podemos considerar que esses sujeitos públicos e privados são organizados em redes, porque, “[...] na ordem social pós-tradicional, a política é redefinida de tal modo que surgem novos sujeitos políticos coletivos sem identidade de classe, uma nova sociedade civil e um novo Estado.” (NEVES, 2010, p. 107).

Assim, estas redes são constituídas por agentes públicos e privados de diferentes instituições, fundações ou corporações que atuam na definição e determinação da Educação em escala mundial. A estes sujeitos que conduzem o processo de elaboração das políticas educacionais, Freitas (2012) denomina como reformadores empresariais. Este termo, para o autor, “[...] reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores.” (FREITAS, 2012, p. 380).

As relações do público e privado, além da lógica de aproximação do Estado e mercado por meio da transferência de recursos públicos para empresas privadas do setor educacional, também são marcadas por dois sujeitos centrais: os agentes políticos públicos e os agentes políticos privados (MACEDO, 2014).

Os intelectuais são formados por grupos sociais em determinadas conjunturas históricas, e ambos são constituídos por duas categorias essenciais: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Deste modo, os intelectuais orgânicos são formados pelos grupos sociais que possuem uma função determinada nas relações de produção frente à classe social que representam, pois buscam homogeneizá-la e elevá-la à consciência de sua própria função histórica, sociopolítica e econômica. Além disto, esse grupo de intelectuais possui uma tarefa central diante da luta de classes, que é “[...] a luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais.”; em outras palavras, são aqueles que não exercem sua tarefa de intelectuais (GRAMSCI, 1991, p. 8). De acordo com Gramsci (1991, p. 8, grifo do autor),

Formaram-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

Os interesses dos empresários em participar ativamente do processo de construção do currículo nacional correspondem ao objetivo de produzir essa subordinação e conformação com a lógica capitalista. No exemplo da Base Nacional Comum Curricular, essa conformação acontece pelo direcionamento e controle

dos conhecimentos que foram selecionados e as competências que serão ensinadas, mas destacamos que esse interesse está implícito na sua produção, como a formação para o mundo do trabalho.

Os intelectuais orgânicos concebidos por Gramsci como comissários “[...] do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 20) possuem duas funções determinadas pela classe dominante: formar o consenso e garantir o funcionamento do aparato de coerção na sociedade.

Nestes termos, consideramos que os agentes privados assumem, na atualidade, a função de comissários do grupo dominante atual na disputa pela condução da Base Nacional Comum Curricular, com o propósito de estruturá-la pelo viés empresarial. Esses agentes visam, como destaca Macedo (2014, p. 1545), à “[...] produção de uma narrativa hegemônica sobre o que é qualidade na educação e sobre como atingi-la.” Ainda na análise da autora, as políticas curriculares atuais em sua totalidade passam a se materializar em discursos hegemônicos, como podemos relacionar ao contexto de elaboração da Base Nacional, que se efetiva a partir do discurso de que é necessária sua produção para superar a debilidade do ensino brasileiro.

A Base Nacional Comum Curricular constitui-se como uma política curricular destinada à orientação da Educação Básica dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental das escolas públicas e privadas de todo o país. Esta política começou a ser elaborada em 2013, com a participação e protagonismo de algumas instituições vinculadas à Educação: *Fundação Lemann*, *Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED)*, *União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)* e *Ministério da Educação (MEC)*.

Deste modo, Macedo (2014, p. 1537) afirma que “[...] a defesa de uma base nacional comum para o currículo tem funcionado como uma das muitas promessas de dar qualidade à educação para diferentes grupos da sociedade.” Esse discurso hegemônico de criação de uma Base Nacional Comum Curricular passou a ser justificado pela busca de dar qualidade à Educação, em detrimento dos limites apresentados pelo próprio Estado em garanti-la.

3 AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS E O DEBATE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Os agentes privados atuam em institutos, empresas, fundações e organizações, que ora desempenham ações em suas respectivas áreas privadas, ora na esfera pública, como secretarias municipais, estaduais e federais ligadas à Educação. Já os agentes públicos desempenham atividades ligadas à esfera do Estado, sendo responsáveis por elaborar as políticas educacionais, como Ministério da Educação, Universidades, e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Em contraposição, também ressaltamos a existência de diferentes agentes que compõem as esferas públicas, mas que estão vinculados ao setor privado, como o caso de alguns membros do Conselho Nacional de Educação (CNE), que também são representantes do setor privado.

No contexto de formulação das políticas educacionais na contemporaneidade, o Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 (BRASIL, 2014) representou

para o conjunto da sociedade brasileira um relevante papel na orientação das políticas criadas posteriormente na área da Educação.

Além do mais, os novos arranjos de desenvolvimento da Educação foram fortemente influenciados pelas ideias pautadas pelo regime de colaboração, defendido amplamente pelo agente Todos pela Educação. Para Araújo (2012, p. 2, grifo do autor), esses novos arranjos de desenvolvimento da educação

[...] remontam ao contexto de elaboração do PDE, em 2007, e ao protagonismo que o empresariado paulista assumiu nessa empreitada via o Movimento “Todos pela Educação” (TPE), criado em setembro de 2006. Basicamente o TPE é um conjunto de empresas capitaneadas pela Fundação Itaú social, Grupo Gerdau, Instituto Camargo Correa, Fundação Bradesco, contando com a parceria da Rede Globo, Fundação Ayrton Senna e apoio da Fundação Victor Civita, Instituto Paulo Montenegro, entre outras empresas líderes, parceiras e apoiadoras.

O programa Todos pela Educação reúne empresas de diferentes setores produtivos (empresas do agronegócio, dos bancos e das indústrias) que estão presentes na elaboração da Base Nacional como atores sociais que contribuíram para a sua construção. Criado em 6 de setembro de 2006, hoje se traduz como um partido no sentido gramsciano, organizador da classe burguesa. Este agente é organizado por alguns setores da sociedade civil (empresas e indústrias) e por setores dominantes da sociedade (bancos e corporações), que começaram a atuar como classe organizada. Para Frigotto (2011, p. 245),

O movimento dos empresários em torno do Compromisso Todos pela Educação e sua adesão ao PDE, contrastada com a história de resistência ativa de seus aparelhos de hegemonia e de seus intelectuais contra as teses da educação pública, gratuita, universal, laica e unitária, revela, a um tempo, o caráter cínico do movimento e a disputa ativa pela hegemonia do pensamento educacional mercantil no seio das escolas públicas.

O Todos pela Educação tem atuado fortemente nas políticas públicas e nos documentos normativos da Educação brasileira. Um exemplo foi sua participação na construção da agenda política do Plano de Desenvolvimento da Educação nos níveis federal, estadual e municipal (LEHER, 2011). Isto evidencia que a Educação está sob forte influência do capital e que se materializa mediante exemplos como este, pois “[...] a meta dos setores dominantes é educar a massa de crianças e jovens para um conformismo (que nada tem de estático) com a situação social vigente, que pode e deve mudar para que tudo fique como está [...]” (LEHER, 2011, p. 5).

Ressalta-se que esse processo de influência do Todos pela Educação, representado por diferentes setores empresariais, colocam para as políticas em Educação vários desafios e provocam impactos sobre a forma do regime de colaboração assumida pelos órgãos públicos estatais. Como destaca Araújo (2012, p. 9), este agente “[...] introduziu um modelo empresarial, simplificador, fragmentário e que desqualifica o debate público sobre o tema.”

Nesta direção, o programa Todos pela Educação tem influenciado constantemente a construção da Base Nacional Comum Curricular e tem sido parceiro na realização dos eventos de discussão sobre a formulação do documento. No pro-

cesso de elaboração da Base Nacional, foi representado pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter (Fundador do Todos pela Educação e dono do Grupo Gerdau), por Priscila Cruz (Diretora do Programa Todos pela Educação) e Alejandra Velasco (Coordenadora geral do Todos pela Educação).

O empresário Jorge Gerdau Johannpeter ocupou um cargo estratégico no governo brasileiro: foi assessor da ex-presidente Dilma Roussef (PT), como coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade de seu governo.

O intitulado *Movimento pela Base Nacional Comum*, criado em 2013, está ligado diretamente à construção da BNCC. Esse grupo é composto por “[...] organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e políticas públicas.” (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2017). O Movimento pela Base compreende-se como

Um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua, desde 2013, para facilitar a construção de uma Base de qualidade. O Movimento promove debates, produz estudos e pesquisas, investiga casos de sucesso em vários países e entrevista inúmeros alunos e professores. (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2017).

Além disto, esse movimento pela Base reúne empresas, institutos, fundações, faculdades, conselhos, associações e movimentos. Nesse caso, a Base Nacional foi conduzida pela articulação entre os agentes públicos e privados que atuaram implicitamente e explicitamente em sua construção, como o caso da Fundação Lemann. Segundo Peroni e Caetano (2015, p. 346), “[...] a Fundação Lemann atuou fortemente para dar direção ao processo de construção da base e integra o Movimento pela Base.” Foi fundada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann, considerado um dos homens mais ricos do país pela revista *Forbes*, dono da Cervejaria *AB InBev*, rede de *fast food* (Burger King) e *Heinz*, que atuou de modo incisivo no Movimento pela Base Nacional Comum. Segundo a Fundação Lemann, o Movimento pela Base Nacional Comum é

Um grupo plural e suprapartidário, formado por 66 pessoas físicas e 12 instituições que trabalham pela educação brasileira. O Movimento visa garantir a construção e a qualidade da Base Nacional Comum Curricular e, desde 2013, promove debates, mobiliza atores importantes em torno da causa, produz estudos e pesquisas para subsidiar o debate, contribui para a redação do documento e busca garantir, ao longo do processo, a observação de alguns princípios considerados fundamentais para que essa Base possa, de fato, ser usada em cada sala de aula brasileira e ajudar a melhorar a Educação no país. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2017).

Aliás, os sujeitos que financiaram a construção da BNCC, hoje, possuem o direito de contribuir no seu direcionamento pedagógico e político, como é o caso dos agentes privados que passaram a reorganizar o projeto hegemônico do capital desde a Base Nacional. Agentes públicos, como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e as Secretarias de Educação Municipais e

Estaduais incorporam os interesses das empresas, fundações e institutos no processo de construção e efetivação de uma Base Nacional.

Para Neves (2010), as novas configurações entre as parcerias público-privadas são desenhadas por uma nova pedagogia da hegemonia que, particularmente, diz respeito às atuais formas de dominação de classe para apassivar os movimentos sociais de luta.

Com isto, os institutos, fundações e organizações filantrópicas direcionam, cada vez mais, o processo de elaboração das políticas curriculares. No caso da Base Nacional, evidencia-se que sua tutela está nas mãos do Estado e dos empresários. Essa mudança de papéis na condução das políticas em Educação compõe um duplo movimento na redefinição do papel do Estado, como salienta Peroni (2010, p. 216) abaixo:

Destacamos, portanto, um duplo movimento de mudanças na relação público/privado que redefinem o papel do Estado: a primeira é a alteração da propriedade, na qual há a passagem do estatal para o público não estatal ou privado; já na segunda, permanece a propriedade estatal, mas passa a haver a lógica de mercado, reorganizando os processos principalmente de gestão, o que alguns autores têm chamado de quase mercado. Estes movimentos não ocorrem apenas na área da educação, mas nas políticas sociais de uma maneira geral.

Destaca-se, assim, que a Base Nacional é fruto da atuação de sujeitos individuais (especialistas, professores, pesquisadores e empresários) e sujeitos coletivos (institutos, universidades, escolas, fundações, associações em educação e empresas). Logo, essa política educacional foi construída a partir da atuação de diferentes forças sociais, que representam os mais diversos interesses das classes sociais. No Quadro 1, apresenta-se a relação de universidades públicas estaduais e federais que contribuíram no processo de elaboração da primeira e segunda versões da BNCC.

No exemplo apresentado, constata-se que as universidades brasileiras tiveram participação na elaboração da primeira e segunda versões da BNCC. Na primeira versão, participaram 38 universidades (estaduais e federais). Na segunda versão, por sua vez, contou-se com a colaboração de 36 universidades (estaduais e federais). Na terceira versão, não é mencionada a participação das universidades em sua finalização, fato que evidencia o caráter antidemocrático e pouco transparente do processo.

Além disto, destaca-se a grande participação e concentração das universidades estaduais e federais situadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Porém, é importante ressaltar que, mesmo com a participação das universidades públicas na construção da BNCC, os pesquisadores, especialistas e professores a elas vinculados não conseguiram garantir que a organização do documento respeitasse os anseios dos movimentos e organizações em Educação. Não conseguiram porque se alinharam, em muitos momentos, ao grupo dos empresários. Deste modo, o processo não aconteceu sem tensões e contradições.

Nessas condições, a Base Nacional Comum Curricular perpassou diversas fases, como seminários preparatórios, elaboração inicial, consultas públicas, análises, revisões e audiências públicas até sua homologação final. Estas fases culmi-

naram na elaboração de três versões do documento, por meio do qual se pode observar a atuação dos seus principais protagonistas.

Quadro 1 – IES brasileiras que participaram do processo de discussão e elaboração da 1.^a e da 2.^a versão da BNCC por região

Distribuição por Região	Edições da Base	Universidades Estaduais	Universidades Federais
Região Norte	1. ^a versão	UEPA (PA)	UFAM (AM), UFPA (PA) e UFAP (AP)
	2. ^a versão	UEA (AM)	UFAM (AM) e UFRR (RR)
Região Nordeste	1. ^a versão	UPE (PE)	UFBA (BA)
	2. ^a versão	UEFS (BA), UNEB (BA) e UPE (PE)	UFRPE (PE), UFPE (PE), UFRN (RN) e UFC (CE)
Região Centro-Oeste	1. ^a versão	UFG (GO)	UFMG (MG), UFMS (MS), UNB (DF) e UFMT (MG)
	2. ^a versão	UnB (DF)	UFG (GO) e UFGD (MS)
Região Sudeste	1. ^a versão	USF (SP), USP (SP), UERJ (RJ), UNESP (SP), UNICAMP (SP), PUC (RJ) e UNIRIO (RJ)	UFSCar (SP), UFRJ (RJ), UFF (RJ), UFABC (SP), UFU (MG), UFGD (MG) e UFES (ES)
	2. ^a versão	USP (SP), UERJ (RJ), PUC (RJ), UNIRIO (RJ), UNESP (SP), PUC (MG) e Universidade Anhanguera (SP)	UFF (RJ), UFJF (MG), UFMG (MG), UFU (MG) e UFES (ES)
Região Sul	1. ^a versão	UNISINOS (RS), UNIPAMPA (RS), UPF (RS), UEPG (PR), UNOCHAPECÓ (SC), UEL (PR), UNIOESTE (PR) e UEM (PR)	UFCSPA (RS), UFRGS (RS), UFSM (RS), UFPR (PR) e UFSC (SC)
	2. ^a versão	UEM (PR), UENP (PR), UNIUI (RS), UEL (PR), UNOCHAPECÓ (SC), PUC (RS) e UNISINOS (RS)	UFRGS (RS), UFSC (SC), UFSMS (RS) e UFPR (PR)
Total	1. ^a versão	18 universidades estaduais	20 universidades federais
	2. ^a versão	19 universidades estaduais	17 universidades federais

Fonte: elaborado pelas autoras com base na ficha técnica da versão final da Base Nacional Comum Curricular (2017).

Na elaboração da primeira versão da Base Nacional, em 2015, a equipe orientada pelo Ministério da Educação (MEC) foi composta por professores e professoras apontados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)⁴ e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)⁵, além de pesquisadores e professores das universidades estaduais e federais. Esses dois agentes foram considerados parceiros dos eventos de discussão sobre a elaboração da BNCC e ainda atuaram como coordenadores institucionais das comissões estaduais em sua elaboração.

Anteriormente ao processo da publicação da primeira versão da BNCC, foram realizados eventos sobre currículo apoiados fortemente pela Fundação Lemann, pela influência direta dos secretários estaduais de Educação (CONSED) e pelos se-

⁴ O Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), fundado em 25 de setembro de 1986, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Mais informações em: <http://www.consed.org.br/consed/consed/historia-do-consed>.

⁵ A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília (DF). Mais informações em: <https://undime.org.br/institucional/o-que-e-a-undime>.

cretários municipais de Educação (UNDIME). Estes três sujeitos coletivos foram apoiadores e articuladores centrais do processo de construção da BNCC.

Na segunda versão da Base Nacional, em 2016, sua reestruturação foi realizada por 45 pessoas da comissão de especialistas e 27 coordenadores indicados pelas secretarias estaduais de educação do CONSED. Em relação à presença do UNDIME, foram 14 pessoas da comissão de especialistas e 27 coordenadores indicados pelas presidências estaduais da já referida UNDIME. Desta forma, a Base Nacional Comum foi construída por 113 representantes, entre especialistas e coordenadores desses dois principais agentes: CONSED e UNDIME (BRASIL, 2016).

Em sua terceira versão, em 2017, a Base Nacional foi lançada mediante a contribuição de 22 redatores e analisada por 56 leitores críticos (BRASIL, 2017). Entretanto, esses leitores críticos, na ficha técnica da terceira versão, não possuem menção de relação com universidades, institutos ou fundações no documento da Base. Na lista dos leitores críticos da terceira versão, encontramos Maria Alice Setubal, uma das donas e herdeiras do Banco Itaú no Brasil; sua presença leva a questionar seu interesse em participar da análise final do documento.

Percebe-se que esses agentes públicos e privados assumem determinada especificidade na atual conjuntura do capitalismo mundial, pois se configuram essencialmente em seus novos intelectuais orgânicos, relação expressa por “[...] atores sociais e cidadãos, em geral, maximizam as chances de representação de seus interesses e valores, utilizando-se de estratégias em redes de relações entre várias instituições, em diversas esferas de competência.” (ARAÚJO, 2012, p. 10).

Alguns agentes, como empresas, fundações, institutos e conselhos de Educação estão presentes, ao mesmo tempo, na condução do Todos pela Educação (TPE) e no Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), como podemos ver no quadro a seguir.

Nos quadros 1 e 2, foram identificados os principais agentes públicos e privados que se fizeram ativamente presentes em todo o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Deste modo, os principais agentes públicos apresentados na BNCC foram os seguintes: Universidades Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação, Escolas Públicas, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Conselho Nacional de Educação e Ministério da Educação.

Além disto, também participaram da construção da Base Nacional os agentes privados ligados ao Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), quais sejam: Itaú/Unibanco, Natura, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Insper, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Singularidades, Instituto Inspirare, CENPEC, CONSED, UNDIME e Todos pela Educação.

No processo, esses agentes representam os empresários, fundações, institutos e organizações sem fins lucrativos que compõem a rede denominada FASFIL no Brasil.

Estas instituições privadas representam setores produtivos da sociedade, como bancos, indústrias, telecomunicações, faculdades privadas e instituições filantrópicas. Macedo (2014, p. 1537) destaca que “[...] parceiros privados, na forma de fundações ou não, começavam a se fazer, não apenas presentes - o que não seria de estranhar no mundo contemporâneo -, mas insidiosamente presentes [...]”, ao se referir aos projetos ligados à Educação.

Quadro 2 – Agentes públicos e privados presentes no TPE e Movimento pela Base Nacional Comum (2017)

Nº.	Natureza	Todos pela Educação (TPE)	Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC)
1	Empresas	Natura, Banco Itaú/Unibanco, Gerda, Pão de Açúcar, Odebrecht, Camargo Corrêa, Klabin, Suzano Holding S/A, Dpaschoal, IBOPE, RBS (Comunicações), Rede Record, Editora Moderna, Canal Futura, Radiodelicatessen, Revista Veja, Grupo Abril, Grupo Junior Achievement Brasil, Grupo Ypy, Grupo ABC e Grow Jogos e Brinquedos	Natura, Banco Itaú/Unibanco, Rede Globo e Grupo Lemann (cervejaria AB InBev, rede de fast food Burger King e alimentos Heinz)
2	Fundações	Fundação Lemann Fundação Itaú Fundação Roberto Marinho Fundação Maria Cecília Souto Vidigal Fundação Bradesco Fundação Volkswagen Fundação Getúlio Vargas Fundação Civita Fundação Educar Fundação Santillana Fundação Telefônica	Fundação Lemann Fundação Itaú Fundação Roberto Marinho Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
3	Institutos	Instituto Ayrton Senna Instituto Inspirare Instituto Unibanco Instituto Insper Instituto Natura Instituto Rodrigo Mendes Instituto Alana Instituto Samuel Klein	Instituto Ayrton Senna Instituto Inspirare Instituto Unibanco Instituto Insper Instituto Natura Instituto Rodrigo Mendes Instituto Singularidades
4	Faculdades privadas	Faculdade Pitágoras	Faculdade SESI-SP de Educação
5	Organismos nacionais e internacionais	BID, UNESCO, UNICEF, Banco Mundial	MEC, Todos pela Educação
6	Conselhos, associações e movimentos	CENPEC	CENPEC, UNDIME, CONSED, ABAVE, CEDAC
	Total	47 agentes	23 agentes

Fonte: elaborado pela autora com dados dos *websites* do Todos pela Educação e do Movimento pela Base Nacional Comum (2017).

No Quadro 3, que apresenta agentes públicos e privados, demonstra-se que eles desempenham diferentes atividades de natureza econômica na sociedade civil, ligadas ao setor bancário, educacional, de telecomunicação e de produtos cosméticos, como segue abaixo.

Quadro 3 – Informações sobre os agentes públicos e privados ligados ao Movimento pela Base Nacional Comum (2017)

Nomes dos agentes	Informações sobre os agentes	Nomes dos representantes na Base
Fundação Itaú	O Itaú é o maior banco privado brasileiro. O Instituto Itaú controla, também, o Instituto Unibanco.	Ana Inoue Angela Dannemann Dianne Melo Isabel Cristina Santana Patrícia Mota Guedes
Instituto Inspirare	O Inspirare é um instituto familiar, criado em setembro de 2011, por Bernardo Gradin. Sua missão é inspirar inovações em iniciativas empreendedoras, políticas públicas, programas e investimentos que melhorem a qualidade da Educação no Brasil.	Anna Penido Fabio Meirelles
Natura	Uma das maiores empresas brasileiras de produtos cosméticos.	David Saad Lucila Ricci Pedro Villares

(continuação Quadro 3)

Nomes dos agentes	Informações sobre os agentes	Nomes dos representantes na Base
Fundação Lemann	Fundada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann, a Fundação Lemann é uma organização familiar sem fins lucrativos.	Denis Mizne
Instituto Unibanco	O Unibanco é um banco privado brasileiro controlado pelo Itaú.	Lúcia Couto Mirela Carvalho Ricardo Henriques
Instituto Singularidades	O Instituto Singularidades foi fundado em 2001, a partir das novas necessidades de formação de professores, gestores da Educação e de especialistas de ensino para o Brasil do século XXI. É uma faculdade privada que oferta cursos de graduação, pós-graduação, cursos de extensão e cursos <i>on-line</i> .	Miguel Thompson
Fundação Roberto Marinho	O grupo Globo é um dos maiores monopólios midiáticos que compreende TV Globo, Globo Filmes, Globosat, Infoglobo, Editora Globo, Som Livre, Sistema Globo de Rádio e portal Zap. Em 2016, seus lucros aproximaram-se dos 6 bilhões de reais.	Monica Pinto
Instituto Ayrton Senna	O Instituto Ayrton Senna é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para ampliar as oportunidades para crianças e jovens por meio da Educação. Suas ações são financiadas por doações (individuais ou empresariais), recursos de licenciamento, parcerias com instituições privadas e compra de produtos da marca Senna.	Mozart Neves Ramos Ricardo Paes de Barros Simone André
Instituto Rodrigo Mendes	O Instituto Rodrigo Mendes (IRM) é uma organização sem fins lucrativos, fundado na cidade de São Paulo em 1994, com o objetivo de oferecer a pessoas com deficiência oportunidades de desenvolvimento por meio da arte. Os doadores do fundo patrimonial do instituto foram Banco Itaú e Pró-vida (Central Geral do Dízimo). Alguns de seus parceiros estratégicos são Fundação Lemann, Instituto Natura e Instituto Unibanco.	Rodrigo Hubner Mendes
Instituto Insper	É uma Instituição de Ensino Superior e Pesquisa sem fins lucrativos criada na década de 1970, que reverte todo o resultado operacional para a realização da sua missão. Segundo dados do próprio instituto, ainda desenvolve parcerias internacionais.	Naércio Aquino Menezes Filho
CENPEC	O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1987. Atua em parceria com escolas públicas e iniciativas privadas, dentre elas a Fundação Lemann e o Banco Itaú.	Ana Helena Altenfelder Antonio Augusto Batista
CONSED	O Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), fundado em 25 de setembro de 1986, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.	Eduardo Deschamps Nilce Rosa da Costa Osvaldo Barreto Filho Rossieli Soares da Silva Maria Cecilia Amendola da Motta Antonio José Vieira de Paiva Neto Ana Seres Trento Comin

(continuação Quadro 3)

UNDIME	A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília (DF). É constituída por Dirigentes Municipais de Educação (DME) em exercício. Isto é, aqueles que exercem a função de secretário municipal de Educação. Estes são os membros natos.	Alessio Costa Lima Adenilde Stein Silva Jorcirley de Oliveira Rodolfo Joaquim Pinto da Luz Maria Edineide de Almeida Batista Horácio Francisco dos Reis Filho Virgínia Maria Pereira de Melo Gelcivânia Mota Silva Edelson Penaforth Pinto Priscilla Maria Bonini Ribeiro Celso Augusto de Souza de Oliveira
Todos pela Educação	Fundado em 2006, o Todos pela Educação é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade do país no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade.	Jorge Gerdau Johannpeter Priscila Cruz Alejandra Velasco

Fonte: elaborado pelas autoras com dados dos *websites* dos agentes apresentados no quadro.

Percebe-se que estes agentes públicos e privados, representados por especialistas na condução da Base Nacional, alternaram sua participação de modo propositivo, em atendimento a seus interesses. Em diversos momentos, atuaram na gestão pública (federação, estadual ou municipal); em outros, desempenharam suas funções nos institutos e fundações dos quais fazem parte.

Segundo Peroni e Caetano (2015, p. 346), “[...] alguns sujeitos que hoje se apresentam como diretores e/ou coordenadores de instituições privadas já estiveram em função de direção no setor público, especialmente em órgãos governamentais nos últimos anos.”

Com isto, os agentes, quando estão presentes no governo, definem a política educacional; quando fora dele, atuam em suas respectivas organizações. Neste aspecto, podemos comprovar, no Quadro 4, que, por vezes, os agentes privados representam suas instituições e, ao mesmo tempo, também desempenham funções de natureza política e administrativa nas atividades públicas do governo.

Quadro 4 – Atuação dos sujeitos privados em funções públicas

Sujeito/representante	Agente privado representado na BNCC	Função pública
Jorge Gerdau Johannpeter	Grupo Gerdau	Coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade do governo Dilma Rousseff (2011-2013)
Antonio Cesar Russi Callegari	Faculdade SESI-SP de Educação	Membro do Conselho Nacional de Educação (Gestão atual)
Mozart Neves Ramos	Instituto Ayrton Senna	Membro do Conselho Nacional de Educação (2005-2014); Secretário de Educação de Pernambuco (2003-2006)

(continuação Quadro 4)

Sujeito/representante	Agente privado representado na BNCC	Função pública
Ricardo Henriques	Instituto Unibanco	Ex-secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC
Claudia Costin	Banco Mundial	Ex-ministra da Administração e Reforma do Estado no governo FHC (1995-2002); Foi secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro (2009-2014)
Marcelo Neri	Fundação Getúlio Vargas	Foi ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2013-2015)
Maria Alice Setúbal	Itaú e CENPEC	Desempenhou funções no Unicef (1992-1993 e 1997-1998) e Ministério da Educação (1995-1996) no governo FHC
Anna Penido Monteiro	Instituto Inspirare	Atua no grupo de trabalho sobre “práticas inovadoras para a criatividade na educação básica brasileira” do MEC

Fonte: elaborado pelas autoras com dados da pesquisa.

A tênue relação entre os agentes públicos e privados se manifesta por diversas formas. Dentre elas, destacam-se, por exemplo, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), considerado um dos principais interlocutores da Base, que realizou as contribuições críticas na discussão pública para a construção da Base Nacional Comum Curricular.

O CENPEC é reconhecido enquanto organização filantrópica que atua em parceria com escolas públicas e iniciativa privada. Também desenvolve projetos, como correção de fluxo e aceleração de aprendizagem no estado de São Paulo. Além do mais, esta organização é dirigida por uma das herdeiras do Banco Itaú. Na iniciativa privada, o CENPEC realiza ações conjuntamente com a Fundação Lemann e o Banco Itaú.

Os agentes privados estão presentes, basicamente, em todo o território brasileiro e expandem suas ações, à medida que conseguem efetivar parcerias na esfera privada (empresas, fundações e institutos) e na esfera pública (com as secretarias de Educação municipais e estaduais, como o fez, por exemplo, o Instituto Ayrton Senna).

Em referência à presença desses agentes privados em todo o território brasileiro, segundo dados do próprio Instituto Ayrton Senna, “[...] considerando iniciativas voltadas para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, estamos em 17 estados e mais de 660 municípios e beneficiamos a educação de mais de 1,5 milhão de alunos por ano [...]”⁶. Os representantes desse instituto, no processo de elaboração da BNCC, foram Mozart Neves Ramos, Ricardo Paes de Barros e Simone André. O primeiro representante foi secretário de Educação de Pernambuco e integrante do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, criado pelo ex-presidente Lula (PT).

⁶ Mais informações em: <http://www.institutoayrtonsenne.org.br/quem-somos/#quem-somos>. Acesso em: 7 ago. 2017.

Outro agente privado fortemente atuante na Educação brasileira é o Instituto Natura. Segundo informações obtidas no *site* da Natura (INSTITUTO NATURA, 2017), “[...] impactamos mais de 80% dos municípios, atingindo todos os estados brasileiros com iniciativas voltadas para os professores, em especial dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, comunidade escolar, gestores públicos e consultoras Natura.”⁷

Esse instituto congrega, na área da educação, o apoio à escola em tempo integral, em consonância com o projeto de lei referente à Reforma do Ensino Médio, que contemplará a reorganização do tempo escolar. Além do mais, uma das bandeiras defendidas pela Natura na área da educação refere-se ao regime de colaboração, compreendido como a união entre secretarias municipais e estaduais de educação, institutos, fundações, empresas privadas, organismos nacionais e internacionais com vistas a conduzir o processo organizativo das escolas públicas em geral.

O processo de construção do currículo brasileiro traduz-se, atualmente, em um espaço de disputa, sem neutralidade e com caráter de classe, pois combina os interesses do mercado e do Estado em prover a entrada dos agentes privados ou reformadores empresariais na educação pública. Com efeito, a presença dos empresários no contexto educacional se deve ao fato de que

[...] a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social. As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. Elas não interferem nos interesses econômicos, nem se opõem ao Estado, pelo contrário, atuam através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as qualidades do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia - ou seja, os valores do mercado. (PERONI; CAETANO, 2015, p. 347).

Nesta perspectiva, Gramsci (1991) considera que os empresários capitalistas possuem certa capacidade dirigente e intelectual. Por sua vez, o empresário “[...] deve ser um organizador de massa de homens; deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.” (GRAMSCI, 1991, p. 4). Além disto, para o autor,

Os empresários - se não todos, pelo menos uma elite deles - devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. (GRAMSCI, 1991, p. 4).

Os empresários capitalistas, frente à sua função histórica e material, possuem como tarefa a organização da sociedade como um todo. Em consequência disto, assumem, na contemporaneidade, também a tarefa de organizar a agenda educacional do país a partir de seus interesses de dominação.

⁷ Mais informações em: <http://www.institutonatura.org.br/instituto-natura/>. Acesso em: 7 ago. 2017.

O discurso hegemônico atual, criado em torno da proposição da Base Nacional, passa a ser efetivado a partir da crítica aos índices de avaliação da qualidade do ensino público brasileiro. Por vezes, culpa-se o Estado por não resolver os problemas relacionados à qualidade da educação e justifica-se a necessidade de os empresários, por meio de iniciativas público-privadas, investirem na melhoria do ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o contexto de elaboração da BNCC foi determinado pelos agentes privados. Este processo apresenta a abertura, presença e condução dos agentes privados na política educacional contemporânea. A presença desses agentes é marcada por influências e determinações desde o início dos eventos e seminários de debate acerca da BNCC; caracteriza-se, também, pela influência na produção do documento.

Para compreender melhor esse processo de embates em torno da BNCC, foram identificados os agentes públicos e privados hegemônicos na construção da Base Nacional Curricular Comum. Assim, o contexto de elaboração da BNCC ocorreu em espaços de disputas por diferentes sujeitos públicos e privados, que buscavam controlar o conteúdo dessa política. Verificou-se que esses agentes são empresas, fundações e institutos. Entre eles, é importante destacar Itaú, Unibanco, Natura, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Insper, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Singularidades, Instituto Inspirare, CENPEC, CONSED, UNDIME e Todos pela Educação.

Nesta pesquisa, percebeu-se que os intelectuais orgânicos do capital estão atuando na construção da BNCC, sobretudo por meio dos agentes privados, pois acrescentam seus interesses empresariais ao conteúdo, tanto na escolha deles e dos objetivos de aprendizagens necessários para a formação dos jovens na atualidade, quanto pelas novas ações que terão de realizar no âmbito da política educacional.

Além disto, foram situados os agentes públicos e privados que participaram, de modo mais incisivo, em sua condução, como pesquisadores, especialistas das universidades federais e estaduais, empresários, institutos ligados ao Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), equipe do Ministério da Educação (MEC) e membros do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Por outro lado, há questionamentos quanto à participação do empresariado brasileiro representado por institutos, fundações e organizações, como o próprio Movimento pela Base Nacional Comum e o Movimento Todos pela Educação. Essa relação entre os agentes públicos e privados na construção do currículo nacional demonstra que os interesses do mercado estão em sobreposição aos do conjunto dos trabalhadores, justamente porque, na correlação de força da BNCC, foram os agentes privados que se fizeram hegemônicos em sua formulação.

Salienta-se que essa política curricular esteve em um campo de disputa representado por diferentes agentes e seus respectivos interesses. Com isto, tentou-se indicar, com a pesquisa, que esse processo não foi democrático, como anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelos defensores da Base.

Neste sentido, a correlação de força pode ser percebida nos conflitos, nas disputas, nos posicionamentos favoráveis e contrários ao documento, que permitiram que a voz de determinados sujeitos fosse hegemônica na publicação do documento final. Mais que isto, esses agentes tiveram o controle técnico, teórico e ideológico na organização dessa política. Demarca-se, também, a existência de processos de luta e resistência por parte dos sindicatos brasileiros ligados à educação básica e superior contrários ao conteúdo e à forma de condução da BNCC. Os agentes contrários à homogeneização de um currículo nacional pautado em competências e habilidades foram os seguintes: ANPED, ANFOPE, ANDES e CNTE.

Com isto, conclui-se que o principal limite da BNCC está exatamente nas influências desses agentes públicos e privados, que delimitaram uma compreensão de educação e escola incluída no documento, o qual apresenta, acima de tudo, uma definição clara de qual projeto societário está sendo defendido. Projeto este contrário aos anseios da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. C. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de colaboração. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasil, v. 28, n. 2, p. 515-531, maio/ago. 2012. DOI: 10.21573/vol28n22012.37419.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*: versão preliminar. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2017.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*: versão preliminar. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 2 set. 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. *História do Consed*. [s. d.]. Disponível em: <http://www.consed.org.br>. Acesso em: 1 maio 2018.
- FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. DOI: 10.1590/S0101-73302012000200004.
- FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, jan./abr. 2011. DOI: 10.1590/S1413-24782011000100013.
- FUNDAÇÃO LEMMAN. *Movimento pela Base Nacional Comum*. [s. d.]. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/movimento-pela-base-nacional-comum>. Acesso em: 7 ago. 2017.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- INSTITUTO AYRTON SENNA. *Quem somos*. [s. d.]. Disponível em: <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>. Acesso em: 7 ago. 2017.
- INSTITUTO NATURA. *Quem somos*. 2017. Disponível em: <http://www.institutonatura.org.br/instituto-natura/>. Acesso em: 2 set. 2018.
- LEHER, R. *Estado e educação na perspectiva da classe trabalhadora*. 2011. Trabalho apresentado no 5.º Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo da UFSC, Santa Catarina, 2011.
- MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, out./dez. 2014.
- MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (MBNC). *O movimento*. 2017. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- NEVES, L. M. W. (org.). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.
- PERONI, V. M. V. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. *Revista de Educação Pública - UFMT*, v. 19, p. 215-227, 2010.
- PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação: projetos em disputa? *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.
- UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. *O que é a Undime*. 2015. Disponível em: <https://undime.org.br>. Acesso em: 2 set. 2018.

Recebido em: 16 mar. 2020

Aceito em: 17 abr. 2020